

# Bancos temem lentidão ou veto no Legislativo

O Subcomitê de Assessoramento Econômico dos bancos credores do Brasil manifestou ontem sua preocupação ao ser informado que o Congresso Nacional passará a influir nas decisões relativas à renegociação da dívida externa brasileira, como lhe foi anunciado durante encontros mantidos com a equipe de Francisco Dornelles no Ministério da Fazenda. O grupo de representantes dos quase 700 bancos credores do Brasil, composto por Thomas Trebat, do Chase; James Nash, do Morgan Guaranty Trust Company; Robin Chapman, do Lloyds Bank, e chefiada por Douglas Smee, do Montreal Bank, expressou seu receio pela futura demora da negociação em torno da rolagem da dívida, o que inclui a assinatura dos acordos de reescalonamento plurianual dos vencimentos a curto e médio prazos, em função da nova realidade nacional — sem Tancredo Neves — e da negociação que agora terá que ser feita no âmbito do Congresso.

Os quatro representantes estiveram reunidos com o secretário-geral da Fazenda, Sebastião Marques Vital; com o secretário-geral adjunto, Carlos Von Doellinger; e com secretários de assuntos econômicos, João Batista de Abreu, com suas respectivas equipes, numa visita classificada por fonte da Fazenda como de caráter "exploratório", onde foram avaliados o desempenho da economia até agora e suas perspectivas imediatas.

O principal ponto de discussão, segundo a fonte, girou em torno da possibilidade de veto, pelo Legislativo, dos novos acordos, sendo que a assessoria do Ministro da Fazenda tranquilizou os representantes dos credores ao mostrar a impossibilidade constitucional do veto. O Ministério da Fazenda deixou claro, contudo, que a realidade política do País mudou, e que o Congresso assumirá daqui para frente um papel de peso na negociação da dívida externa, o que inclui o FMI.

Douglas Smee disse que não há garantia, hoje, que os acordos plurianuais sejam assinados sem o sinal

verde do Fundo Monetário, que por sua vez depende do reinício das negociações, em data ainda não confirmada; O Ministro Dornelles deverá embarcar para Washington na próxima semana, quando manterá seu primeiro contato com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e a primeira missão técnica do Fundo só deverá chegar ao Brasil em seguida, próxima à data em que o Ministro da Fazenda apresentará um quadro da situação financeira do País no Congresso, no dia 8 de maio.

Diante do grau de incerteza manifestada pela missão dos bancos credores, num primeiro momento causada pelo impacto da mudança no panorama político representada pela morte de Tancredo Neves, foram detalhados pela assessoria de Dornelles as medidas de contenção neste início de governo, que incluem o controle de gastos públicos, da conta GB-588 — cobertura dada pelo Banco do Brasil a compromissos das estatais — e dos preços. Este último ponto também suscitou dúvidas, e foi justificado pelos técnicos do Ministério da Fazenda como sendo de efeito temporário, necessário a uma economia muito indexada, como a nossa (embora se admita, no âmbito do Ministério, que o controle

de preços só será sustado quando não for mais preciso, ou seja, quando a inflação estiver num patamar mínimo).

Não se pode prever como o Congresso encaminhará as negociações com o FMI, não estando descartada a possibilidade de um impasse. Porém o informante acha improvável uma radicalização que chegue ao rompimento do acordo com o Fundo, "pois isso não interessa nem ao Brasil, nem ao FMI. Falta apenas um ano a ser cumprido (o acordo é de três anos), e um rompimento causaria graves consequências ao sistema financeiro internacional, sem mencionar as dificuldades para o Brasil".

O Brasil, no caso, teria uma perda imediata em reservas da ordem de US\$ 1,1 bilhão este ano, que deixariam de vir ao Fundo, além de ter que suportar uma grande queda das importações e exportações, em represetária. Também os acordos plurianuais teriam problemas em ser assinados, porém a última palavra é dos bancos credores, e "a priori" não depende da manutenção do acordo com o FMI. O governo brasileiro está tranquilo diante da negociação, porque dispõe, segundo o secretário-geral Sebastião Vital, de reservas da ordem de US\$ 8 bilhões em caixa.